



**Ata da reunião ordinária do plenário do Conselho Municipal de Políticas Sobre
Drogas e Álcool do município de São Paulo - COMUDA.**

Dia 06 de setembro de 2022, das 14h às 17h.

Local: Câmara Municipal de São Paulo

Sala Sérgio Vieira de Mello

Vd. Jacareí, n.º 100 – Bela Vista – São Paulo/SP

LISTA DE PRESENÇA

Conselheiros presentes

	Nome/E-mail	Instituição
1	Alcione Moreno alcionem@uol.com.br	Fundação Porta Aberta
2	Carolina Jessica de Silva Salado csalado@crefito3.org.br	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO-3)
3	Cecilia Galicio ceciliagalicio@hotmail.com	Conselho Estadual de Drogas (CONED) – representante da sociedade civil
4	Cristiano Avila Maronna cmaronna@msm.adv.br	Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB/SP)
5	Danilo Polverini Locatelli danilo.locatelli@uol.com.br	Núcleo de Pesquisa em Saúde e Uso de Substâncias - Universidade Federal de São Paulo (NEPSIS/UNIFESP)
6	Euclides Conradim econradim@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU)
7	Guilherme Euripedes Silva Ferreira geuripedes@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET)
8	Guilherme Peres Messas gmessas@gmail.com	Comitê para Regulação do Álcool (CRA) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
9	Isabel Figueiredo Pereira de Souza ifpereira@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)

Nome/E-mail		Instituição
10	Márcia Helena Matsushita mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Educação (SME)
11	Marcos Muniz de Souza mmuniz.souza@gmail.com	Conselho Regional de Psicologia (CRP/SP)
12	Maria Izabel Fernandes	Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
13	Renato Viterbo renatoviterbo103@gmail.com	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
14	Ricardo Luiz Iasi Moura ricardomoura@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria de Governo Municipal
15	Vera Lúcia Bagnolesi vbagnolesi@sp.gov.br	CONED – Representante do Poder Público

Conselheiros ausentes (com justificativa)

Nome/E-mail		Instituição
1	Cecilia Motta cecimotta@uol.com.br	Projeto Quixote
2	Cláudia Ruggiero Longhi claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Saúde (SMS)
3	Décio Perroni Ribeiro Filho* dpfilho@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
4	Guilherme Trevisan Kortas gtkortas@gmail.com	Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas (GRE/USP)
5	Regianne Cristina Ferreira regiane@cress-sp.org.br	Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS/SP)
8	Silvia de Oliveira Santos Cazenave silviacazenave@gmail.com	Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF/SP)

***Conselheiro que saiu da Secretaria que representava e ainda não foi indicado oficialmente substituto para a respectiva representação (necessidade de sair no Diário Oficial do Município).**

Conselheiros ausentes (sem justificativa)

Nome/E-mail		Instituição
1	Amanda Cardoso Silva amandacardoso@prefeitura.sp.gov.br	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer (SEME)
2	Bruno Saraiva Santana	Secretaria Municipal de Cultura
3	Felipe Becari Comenale felipe.becari@saopaulo.sp.leg.br	Com. Saúde Prom Social Trab Mulher
4	Francisca Henrique de Oliveira francisca.oliveira@saopaulo.sp.leg.br	Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude
5	Ricardo Abrantes do Amaral ricardo.amaral@hc.fm.usp.br	Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP)
6	Vanessa Santos vanessa.s@aliancasocial.org	Associação Aliança de Misericórdia

Demais presentes

Nome/E-mail		Instituição
1	Camila Norwig Galvão	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
2	Fernanda Ribeiro	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
3	Isabela Marques	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)
4	Felipe Martins	ABRAMD
5	Beatriz Rigonatti	Estudante de Psicologia
6	Michel Rodrigues dos Santos Ferreira	Será indicado para representar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET)
7	Isabela	Departamento de Política Social dos Direitos Humanos (DPS)

1. ABERTURA

2. INFORMES

3. PAUTAS

- a. Proposta de Ciclo Formativo para os trabalhadores das políticas de atenção em álcool e outras drogas
- b. Discussão dos eixos da 7ª COMPAD
- c. Continuidade das apresentações de conselheiros representantes de Secretarias e Entidades Acadêmicas

4. ENCAMINHAMENTOS

DISCUSSÃO

1 ABERTURA

Marcos Muniz iniciou a reunião contextualizando a realização da reunião da Câmara dos Vereadores. Comenta que não gosta da disposição da sala em auditório, preferindo a disposição da roda.

Isabel Figueiredo coloca a Secretária de Assistência Social e refere que conversará no local para saber da disponibilidade da realização de reuniões do COMUDA na SMADS.

Marcos Muniz refere que a Coordenação Executiva acha interessante poder circular a reunião do Conselho entre diversos espaços e propõem uma rodada de apresentações.

2 INFORMES

Marcos Muniz começa com o informe da Coordenação Executiva.

1º informe: foi feito o ofício para a realização de visitas de cortesia para três Secretários Municipais, a saber: Soninha Francine (SMDHC), Alexis Vargas (SEPE) e Carlos Bezerra Junior (SMADS).

Isabel destaca que a SMADS respondeu via SEI o respectivo Ofício e que foi realizado o agendamento de reunião com a Assessoria Técnica da SMADS para o dia 21/09.

Marcos Muniz refere que a Coordenação Executiva deu por encerrado o pedido junto à Secretária Soninha Francine (SMDHC) uma vez que a mesma participou da reunião ordinária de agosto/2022 e desde então ocorreram duas reuniões com a nova Coordenadora de Políticas de Drogas da pasta, Isabela Lemos e equipe. Informa da realização de reunião da Coordenação Executiva com o Secretário Alexis Vargas contando com a presença do Conselheiro **Ricardo Moura** em 26/08. Refere que a reunião foi positiva, produtiva e informa que o intuito foi a realização de uma visita de cortesia, aproximação e diálogo dada a institucionalidade do COMUDA e seu papel em dialogar com os diferentes segmentos por parte da Coordenação Executiva do Conselho. Outro objetivo da reunião era entender e dialogar sobre as ações e propostas do governo pós operação Caronte. Comenta que a Coordenação Executiva foi bem recebida com várias questões abordadas, discutidas e respondidas.

Ricardo Moura acrescenta que também achou excelente e proveitosa a reunião e que o secretário colocou um “pedido de ajuda” em dois pontos:

- Avaliação do SIAT II sobre as oficinas de Terapia Ocupacional e Psicologia;
- Aprimoramento na criação de estratégias de sistemas de saída, com apresentação de sugestões para a qualificação do processo de “porta de saída” e promoção da autonomia dos usuários.

Ricardo Moura refere que um dos pontos que mais sensibilizaram o Secretário foi o apontamento de **Carolina Salado** no que tange às Unidades de Acolhimento (UAs) e a necessidade de fortalecimento desta política no município.

Marcos Muniz complementa sobre a indicação da importância de um programa conjunto de residencialidades e implementação dos CAPS ADs no município. Diz que o Secretário informou sobre projeto de expandir mais CAPS ADs nos diferentes territórios da cidade e questiona o porquê não implementar UAs em conjunto dos novos CAPS AD, complementando que em sua visão cada CAPS AD deveria ter ao menos uma Unidade de Acolhimento para sua referência.

Carolina Salado comenta o ponto que trouxe na reunião com o Secretário Alexis sobre as Unidades de Acolhimento (UA). Refere-se a importância de que o foco das propostas e ações voltadas para as pessoas que fazem uso problemático de Álcool e outras Drogas, seja a atenção e o cuidado na perspectiva psicossocial e que chama a atenção que o centro tenha somente uma Unidade de Acolhimento (UA), sendo que estes serviços atuam dentro da dimensão clínica do cuidado nesta perspectiva (psicossocial). Refere que afirmou junto ao Secretário o reconhecimento da potência de trabalho na proposta dos SIATs, porém destaca o número baixo de oferta de vagas para encaminhamento aos SIATs II, quando analisado sobre a real demanda presente nas abordagens do SIAT I e o consequente encaminhamento para SIAT II. Retomou que na visita aos SIATs II e nas discussões atuais realizadas pelo acompanhamento da produção do SIAT I, fica evidente que os encaminhamentos do SIAT I acontecem para outros serviços da rede de saúde, assim como da assistência social, o que aponta para a importância que a implantação de mais Unidades de Acolhimento (UAs) na região central traria maior qualificação nos encaminhamentos, sobretudo no que se refere à ampliação das possibilidades de habitação e cuidado psicossocial, considerando ainda mais a importância do trabalho conjunto com os outros serviços da rede, principalmente com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Cecília Galício traz outro ponto: o COMUDA é um espaço de fortalecimento dos programas das políticas públicas. Refere que não estamos fiscalizando os programas, mas apontando o que funciona e onde podemos melhorar. Refere sobre a abordagem na reunião da participação da Secretaria Municipal de Habitação enquanto convidada nas reuniões ordinárias, uma vez que essa pasta ainda não possui assento permanente no COMUDA. Complementa que na reunião também foi conversado sobre a necessidade de se pensar em espaços protegidos de violência, mesmo que não seja de uso assistido; que a discussão não deve ser somente sobre ter ou não um Espaço de Uso Supervisionado, mas sim de se pensar em um local para refletirmos sobre as violências que as pessoas vivem e a responsabilidade das polícias sobre estas situações de violência.

Marcos Muniz acrescenta que o Secretário foi questionado sobre a saída do Dr. Arthur Guerra do Programa Redenção, uma vez que o mesmo saiu do Programa na mesma época da eclosão da Operação Caronte em maio/2022 na Pça Princesa Isabel. O Secretário respondeu que o afastamento foi um pedido pessoal do Dr. Arthur

Guerra, de modo que ele pudesse prosseguir com seu percurso profissional na Academia. Destaca que o Secretário deixou clara a perspectiva de atuação por parte do Governo Municipal em relação à Operação Caronte, de que, apesar de ser uma operação legitimada pela Justiça, Ministério Público, liderada pelo Governo Estadual através das ações policiais, existia e existe uma demanda sim do município em desterritorializar a cracolândia do centro da cidade após a dispersão iniciada em maio, para além do objetivo exclusivo de prender traficantes instalados no fluxo, como por exemplo a insistência em inaugurar novos SIATs III exclusivamente fora do centro de São Paulo. Reforça que avalia que a reunião foi positiva no sentido da possibilidade de diálogo, onde desde o início a proposta dessa gestão é de fazer o diálogo com todos os envolvidos na temática.

Carolina Salado retoma apresentando os números do informe Redenção, sobre os encaminhamentos para os SIATs II, com um total de 122, referindo que esse é um ponto importante para reflexão considerando a demanda e a capacidade de resposta do SIAT II para absorver a demanda; aponta o quantitativo de 2482 abordagens de rua, destacando que mesmo que o dado não destaque o SIAT I, porém considerando o SIAT I como abordagem, chama a atenção o baixo quantitativo dos encaminhamentos para o SIAT II.

Isabel Figueiredo aponta que o dado de abordagem de rua é referente ao total de abordagens realizadas.

Carolina Salado retoma dizendo que se esse dado não se refere ao SIAT I (equipes do Redenção na Rua), reforçando que chama a atenção no Boletim apresentado pelo Programa Redenção, não conter o quantitativo do SIAT I.

Isabel Figueiredo refere que pode trazer os dados e explica que há quatro serviços de abordagem de interesse do programa Redenção: SEAS IV da Sé, SEAS Liberdade, SEAS IV da Lapa, SEAS Santo Amaro. Referindo que não sabe se o quantitativo apresentado é relacionado a todos os serviços de abordagem de rua ou apenas parte deles.

Carolina Salado reitera que esse é um ponto importante para esclarecer, considerando que não há claramente os números oficiais e dados do SIAT I. Prossegue com o compartilhamento do número de 854 encaminhamentos para outros equipamentos da rede socioassistencial apresentado no boletim, apontando discussões realizadas no que se refere ao encaminhamento para esses outros serviços e da importância de, considerando que a maioria desses serviços são da assistência social,

se olhar para a oferta e a interface com o cuidado técnico-terapêutico que esses serviços oferecem aos usuários.

Felipe comenta que não tem como pensar numa ação que não seja inter-secretarial e que esse tema é discutido há algum tempo neste Conselho. Refere que há uma necessidade de reavaliar os programas e serem adaptados no decorrer do processo de funcionamento.

Jorge Arthur refere a importância de serviços de abordagem social de rua voltado para crianças e adolescentes e destes também contarem com abordagens e estratégias mais lúdicas para esse público.

Isabel Figueiredo diz que tem 4 modalidades de SEAS aos quais vai aprofundar na apresentação que fará na reunião de hoje conforme pactuado. Porém, destaca que há uma modalidade de abordagem (SEAS) voltada exclusivamente para crianças e adolescentes na região da Sé e que estão esperando a pesquisa do censo realizado pela SMADS para conhecer a realidade de outros territórios fora da região central.

Cecilia Galício informa que o trabalho do GT sobre o Espaço de Uso Supervisionado será retomado em breve; comenta sobre a prisão do psiquiatra Flávio Falcone realizada na semana passada e amplamente divulgada na grande imprensa e que essa situação reforça novamente a necessidade de se discutir sobre esses espaços livres de violência. Destaca a importância de um espaço sem violência ser discutido, considerando toda a realidade atual do município nesta temática.

Jorge Arthur informa que é representante do conselho municipal contra violência contra crianças e adolescentes e que se preocupa por não ter essa reunião a um tempo por falta de pauta, sendo que houve um grande aumento de casos de abuso contra crianças e adolescentes no período da Pandemia.

Cristiano Maronna, faz a leitura da decisão do STJ sobre a atuação da guarda municipal e a abordagem a pessoas que fazem uso problemático de Álcool e outras Drogas.

3. PAUTAS

a) PROPOSTA DE CICLO FORMATIVO PARA TRABALHADORES DAS POLÍTICAS DE ATENÇÃO EM ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Marcos Muniz explica que a proposta de se realizar um ciclo formativo ocorreu a partir de discussões e encaminhamento do plenário, em conjunto com a retomada dos

pontos da 7ª COMPAD (Conferência Municipal de Políticas sobre Álcool e outras Drogas) em meados de junho ou julho deste ano, considerando os trabalhadores que estão na ponta, defesa trazida pela conselheira **Alcione Moreno**. Refere que a proposta é de um Ciclo Formativo com cinco encontros online, voltados para os trabalhadores da rede de atenção psicossocial e da rede socioassistencial da região central, com as deliberações do eixo cuidado da 7ª COMPAD. O primeiro encontro teria como norte “uma política para pessoas”, no sentido de “*a política de drogas que queremos*” com a participação de Marcos Muniz e Isabela (SMDHC). A proposta é que a cada encontro tenha dois convidados e um coordenador/moderador. No segundo encontro o tema será Redução de Danos. Já o terceiro encontro terá como temática a questão das Moradias. Na programação consta ainda um encontro sobre a Infância e Adolescência e Intersetorialidade, que encerrará o Ciclo Formativo.

Cecília Galício refere que o COMUDA tem abertura e que o ciclo seja um momento de trazer novas perspectivas sobre os temas e que fomente o fortalecimento do próprio COMUDA.

Marcos Muniz pede ajuda para a divulgação do Ciclo Formativo aos presentes, sobretudo o apoio das Conselheiras representantes das pastas da SMS e SMADS para que seja viabilizada a participação desses profissionais.

Danilo Locatelli se coloca à disposição para ajudar a pensar na organização do Ciclo Formativo, considerando a experiência que ele e o NEPSIS têm em relação a processos formativos. **Marcos Muniz** formaliza na plenária o convite para **Danilo Locatelli** participar da próxima reunião.

Jorge Arthur comenta que é importante contar com a oficialização dessa proposta, no sentido de viabilizar a participação dos trabalhadores com a liberação dos serviços.

Renato Viterbo pergunta se não seria possível o formato híbrido para o Ciclo Formativo, colocando a importância do presencial para perceber o contato com o trabalhador.

Marcos Muniz comenta que neste primeiro momento não foi viabilizado este formato por questões logísticas e de estrutura, mas que há a possibilidade de ampliar para outros territórios e formatos no futuro.

Isabela Lemos comenta que estamos num momento delicado com relação aos Direitos Humanos e que a força da SMDHC daria um outro nível e patamar para o

Ciclo Formativo, considerando a formalização via poder executivo municipal assim como a possibilidade de emissão de certificados para os participantes.

Alcione Moreno pede atenção às datas do ciclo formativo, para que não coincidam com as datas dos jogos da Copa do Mundo.

Ricardo Moura apresenta dúvidas com relação ao que está sendo proposto na temática do ciclo formativo.

Felipe responde a dúvida de **Ricardo Moura** informando que a proposta do Ciclo Formativo tratará de temas que foram deliberados no eixo cuidado da 7ª COMPAD.

Isabela Lemos pergunta se todos concordam com os eixos do Ciclo Formativo e se alguém teria uma objeção.

Maria Izabel comenta que apoia o Ciclo Formativo e pergunta se poderia fazer indicações de nomes, pois tem nomes que estão de acordo com a proposta que atuam na dimensão da moradia para população em situação de rua.

Carolina Salado fala que a proposta do ciclo formativo refere-se a importância de o COMUDA fazer sua marca neste ano e destaca que todos que tiverem indicações ou quiserem contribuir com o projeto será bem vindo e faz o convite à participação para **Maria Izabel** na comissão organizadora do Ciclo Formativo.

Ricardo Moura comenta que seria importante a participação de representantes do programa Redenção e indica o nome da Gabrielle Dias coordenadora do Programa Redenção. **Marcos Muniz** agradece a indicação mas pontua que o norte do Ciclo Formativo serão os temas que foram deliberados no eixo cuidado da 7ª COMPAD.

Michel afirma atuar a anos na cracolândia, contando com o percurso de 6 anos trabalhando no período noturno, se colocando à disposição para ajudar no Ciclo Formativo.

Marcos Muniz agradece a disposição de todos.

Isabel Figueiredo pergunta para quais serviços da SMADS a formação será voltada e se a carga horária será considerada como horas técnicas (considerando a liberação do trabalho para participação no Ciclo Formativo) e que isso depende de articulação e liberação entre a Secretaria e as OSS que atuam na rede socioassistencial.

Marcos Muniz diz que ela pode ajudar a delimitar melhor quais os trabalhadores e de quais serviços da pasta são os mais indicados para participarem do

ciclo formativo, considerando as especificidades relacionadas ao público que faz uso de Álcool e outras Drogas assim como os serviços da SMADS tem uma relação direta com essa população.

Carolina Salado comenta que a proposta a princípio era para a participação de trabalhadores de todo o município mas neste momento, para viabilização da proposta, foi definido realizar essa primeira experiência voltada para os trabalhadores da região central e refere para **Isabel Figueiredo** que a ajuda dela como representante da SMAD e de **Claudia Longhi** como representante da SMS no Conselho serão bem importantes no acesso dos trabalhadores ao curso.

Isabel Figueiredo acha interessante que os trabalhadores possam utilizar isto como horas técnicas e irá buscar resposta se há esta validação perante SMADS e OSSs; sugere que haja uma reunião intermediária para alinhamento.

Carolina Salado informa que após a etapa de definição do conteúdo do curso, no momento da etapa da divulgação, será proposta uma conversa para alinhamento das ações.

Isabela Lemos aponta a importância de formalizar o quanto antes a participação dos trabalhadores da SMADS no ciclo formativo.

Carolina Salado comenta que há duas possibilidades: o trabalhador ser liberado para fazer o curso pela instituição e a outra maneira seria a divulgação aberta e depois uma triagem em relação às inscrições.

Felipe comenta que o ciclo formativo é importante para criação de repertório para uso dos trabalhadores no dia a dia do trabalho.

b) CONTINUIDADE DAS APRESENTAÇÕES DE CONSELHEIROS REPRESENTANTE DE SECRETARIAS E ENTIDADES ACADÊMICAS

Isabel Figueiredo inicia a apresentação da legislação das competências da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Explica sobre as três tipologias dos SIAT. Logo após ela explana sobre o SEAS e Programa Redenção, comenta que as cenas de uso são vivas e se modificam de acordo com o território. Na região da Av. Roberto Marinho foi realizada uma reformulação sobre o SEAS que atende naquela região. Apresenta as modalidades dos SEAS.

Trouxe também aos presentes como é apresentado a produção de dados pela SMAD e que há necessidade de apresentar os dados de forma que elas sejam úteis na

prática, melhorando assim a visibilidade dos dados, como os das equipes de abordagem de rua conforme apontado por **Carolina Salado**, para se ter a real dimensão de pessoas abordadas, encaminhamentos entre outros aspectos. Aponta uma sensibilidade sobre as atualizações dos dados nos sistemas. Apresenta também os serviços de Acolhimento Socioassistencial, e comenta a diferença entre os equipamentos Atende III e SIATs, onde o primeiro atua na linha de atendimentos e serviços básicos como espaço para higiene pessoal, não tendo ligação com outras políticas públicas, diferentemente dos SIATs, que compõem a política municipal de álcool e outras drogas em suas diferentes modalidades e intersecções.

A explanação continuou sendo realizada de maneira detalhada pela conselheira e encontra-se anexada à esta ata.

Márcia Matsushita informa que a apresentação das ações e atividades tem uma intersecção entre a Secretaria Municipal de Educação e da Saúde e que depende de autorização do Gabinete da SME uma vez que alguns programas não se consolidaram como políticas ou programas permanentes da pasta. Todavia faz breve apresentação sobre o funcionamento do Programa Saúde na Escola- PSE cujo foco é a prevenção, destacando a articulação entre SME e SMS. **Marcos Muniz** pergunta se tratam especificamente de assuntos como Álcool e outras Drogas ou Redução de Danos. Faz menção positiva ao Programa #Tamojunto, que foi interrompido pelo Ministério da Saúde mas que foi e é muito valorizado pelos educadores quando de sua aplicação nas escolas do município. **Marcia Matsushita** reitera que o foco é prevenção e que o conteúdo desenvolvido para a rede pela pasta na Coordenadoria dos CEUs está validada pelo PSE. A pasta contratou uma Assessoria (Nathan de Beltrand) e tem promovido mapeamento da rede numa escuta qualificada, ouvindo cerca de 400 pessoas entre estudantes, professores, gestores das Unidades Educacionais participantes e Representantes do PSE nos territórios, responsáveis pelo Programa, que resultou no Projeto “Rodas e Redes”. E o Projeto “Sou Adolescente, e Agora?” também propõe rodas de conversa com os adolescentes, trabalhando numa lógica da Educação entre pares. E que em 30/11 será realizado um Encontro com a apresentação das ações e atividades do PSE e dos Projetos acima citados.

Cecília Galício pergunta qual a participação do PROERD nos programas da Secretaria Municipal de Educação mencionados. **Marcia Matsushita** refere não haver relação com o PROERD tais programas. **Marcos Muniz** agradece a explanação e justificativa da Conselheira **Márcia Matsushita**.

c) **PROPOSTA GT COMITÊ POP RUA E COMUDA (pauta inserida a pedido de Isabela Lemos - Coordenação De Políticas Sobre Álcool e Drogas da SMDHC)**

Isabela Lemos comenta que vem observando a situação da cracolândia e que a Coordenação (SMDHC) vem pensando em como os comitês e conselhos podem participar de pautas como esta, de maneira mais propositiva a partir de espaços de controle e participação social. Refere ter pensado na criação de um Grupo de Trabalho (GT), composto pelo Comitê Pop Rua e COMUDA, com intuito da criação de um documento norteador voltado para agentes públicos das cenas de uso da região central. Um documento que seja produzido em um prazo definido em uma tarefa bem delineada, com começo, meio e fim e que não leve tanto tempo, onde a proposta seja a de um documento de recomendação de garantias de Direitos Humanos no mínimo. Também menciona que ambos os espaços acabam atuando em relação ao mesmo público (pessoas vulnerabilizadas, em situação de rua e usuárias de álcool e outras drogas).

Vera Bagnolesi relembra que já existe o GT Faces da Violência e que este pode ser um espaço para construção deste documento, de modo que traria maior robustez para o mesmo.

Marcos Muniz refere que pouco sabe como esse grupo está funcionando o GT Faces da Violência e pontua sua concordância com Isabela Lemos no que tange a ambos os espaços de participação social terem suas intersecções de atuação diante do público .

Jorge Arthur atualiza o plenário sobre algumas ações do GT Faces de Violência nos últimos meses, como por exemplo o encontro com a Profa. Solange Nappo (UNIFESP/ABRAMD).

Isabela Lemos comenta que há um objetivo na elaboração e produção deste documento, não tendo necessariamente interface com o GT Faces da Violência, uma vez que este GT é realizado em conjunto com o CONED.

Felipe pergunta se já existe alguma proposta de elaboração de documento por parte do GT “Faces da Violência”.

Jorge Arthur fala que cabe ao GT mandar informações sobre o trabalho do grupo para o plenário, indicando a necessidade desta ação.

Vera Bagnolesi sugere que a proposta do documento seja levada à próxima reunião do CONED.

Isabela Lemos comenta que as coisas se misturam pela polícia e CGM e que o município precisa se posicionar. Lembra que o Estado tem suas ações e posicionamentos bem estabelecidos. E que a ideia é produzir o documento e fazê-lo circular em diferentes instâncias e espaços.

Felipe aborda sobre as produções realizadas nas reuniões e aponta que a pandemia tem muita coisa represada e que há a necessidade de pensar com um olhar pós-pandemia. Retoma o funcionamento da antiga Coordenação de Álcool e Drogas da SMDHC, onde as ações não se deram tão claramente e com eficácia. E aponta que é muito importante a atual Coordenação (SMDHC) produzir notas técnicas, documentos norteadores que possam ser reproduzidos na prática.

Isabela do Departamento de Política Social dos Direitos Humanos (DPS) se coloca à disposição para articular junto ao Conselho propostas de projetos, assim como os já existentes.

Cecília Galício coloca que a importância é a produção do documento e não necessariamente sua autoria. E focar na proposta de que o COMUDA está sendo convidado para o documento que a Coordenação de Política de Drogas (SMDHC) irá produzir e se iremos participar deste GT ou não.

Ricardo Moura faz uma consideração sobre uma questão formal e de ordem, de que este assunto não era uma pauta da reunião e que há conselheiros que não saibam deste assunto debatido.

Cecília Galício concorda com a referência ao Regimento Interno mas refere que a distância entre as reuniões ordinárias podem atrasar algum projeto e/ou proposta que se mostre relevante para o momento.

Felipe comenta que a plenária é soberana e que qualquer conselheiro pode trazer qualquer pauta a qualquer momento.

Ricardo Moura lembra do Regimento Interno, sobre o prazo de envio mínimo de três dias para as pautas, justamente para os Conselheiros poderem se debruçar e estudar as pautas que serão debatidas.

Carolina Salado também aponta a indicação do Regimento Interno sobre o prazo para a incursão de novas pautas, reiterando a consideração de **Ricardo Moura**.

Marcos Muniz comenta haver participado do GT que reformulou o Regimento Interno e que o objetivo sempre foi trazer a previsibilidade para o

funcionamento do Conselho. Todavia aponta crer poder haver o convite para o COMUDA participar do GT em conjunto com o Comitê Pop Rua, mesmo que a questão não seja deliberada.

Alcione Moreno comenta que o COMUDA serve para isso e que é um GT que pode ser olhado de forma assíncrona com o restante do conselho. E que não devemos deixar esta parte burocrática engessando o funcionamento e avanço do Conselho

Cecília Galício diz que poderíamos começar a construção do documento para posteriormente ser debatido novamente.

Isabela Lemos questiona como seria feita essa comunicação para o restante do conselho, uma vez que o quórum de Conselheiros era pequeno na reunião.

Marcos Muniz comenta que poderia ser colocado como uma consulta sobre a participação do COMUDA no GT e refere preocupação sobre o tempo para a incursão de pautas, demonstrando sua dúvida referente a pautas urgentes que surgem antes do tempo previsto pelo Regimento Interno.

Ricardo Moura comenta que o Regimento Interno tem uma lógica, trazendo a necessidade do estudo e preparação sobre os temas da pauta e que concorda em darmos andamento sobre a proposta, mas sem nenhuma deliberação.

Vera Bagnolesi diz que vale o conhecimento a todos que não estiveram aqui via email. E apontando como surgiu este assunto e como desenrolou o tema.

Isabela Figueiredo comenta que a importância do GT é a participação social do próprio Conselho.

Carolina Salado retoma o Regimento Interno que preconiza um prazo mínimo de 3 dias de antecedência para as pautas serem inseridas nas reuniões ordinárias.

Alcione Moreno pede para olhar as últimas laudas do Regimento Interno, questionando se não há uma deliberação sobre pautas urgentes.

Marcos Muniz reforça que o Regimento Interno novo foi reformulado pensando justamente em casos e situações não previstas.

Carolina Salado diz que há uma interpretação sobre o Art. 28 sobre as pautas não previstas, podendo ser discutidas e deliberadas em sessão plenária.

Ricardo Moura diverge sobre a interpretação decisória de uma pauta que não esteja prevista na convocação para a reunião ordinária.

Marcos Muniz comenta ser importante o plenário discutir o Regimento Interno para questões como essa.

Isabela do Departamento de Política e Participação Social dos Direitos Humanos (DPS) pergunta a possibilidade de uma reunião extraordinária para tratar exclusivamente deste tema (formação do GT em conjunto com o Comitê Pop Rua).

Marcos Muniz refere ser inviável chamar uma reunião extraordinária somente para discutir essa temática, ainda mais considerando o quórum da própria reunião ordinária.

Paula comenta que haverá uma reunião sobre o tema no Comitê POP RUA e propõe apresentar uma proposta mais estruturada para a próxima reunião ordinária do COMUDA. **Marcos Muniz** concorda em discutir novamente essa pauta na próxima reunião ordinária sem estabelecer qualquer deliberação acerca da mesma nesta reunião, informando entender que o pleno optou por seguir o Regimento Interno, mas propondo discutir a temática de pautas emergenciais na próxima reunião ordinária ou momento adequado conforme manifestação do colegiado que compõe o COMUDA.

ENCAMINHAMENTOS

- a) Agendamento de visita no CAPS IV Redenção
- b) Discussão sobre o Regimento Interno (Pautas extraordinárias ou urgentes)
- c) Apresentação da proposta de GT Comitê Pop Rua para possível participação do COMUDA
- d) Discussão sobre os eixos da 7ª COMPAD
- e) Apresentação do Relatório de visitas SIATs II na próxima reunião ordinária